

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 60

Julho - 2014

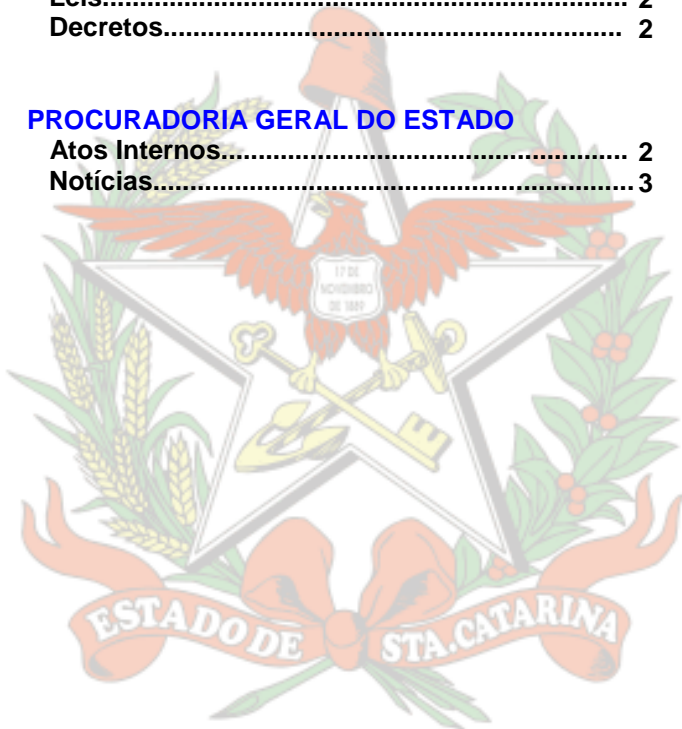
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atos Internos.....	2
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Ricardo Della Giustina

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 632, de 11 de junho de 2014**

Cria cargos de Defensor Público e altera os Anexos V e XI da Lei Complementar nº 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.418, de 24 de junho de 2014

Dispõe sobre o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC) e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 197, de 12 de junho de 2014

Cria cargos de Analista Financeiro do Tesouro Estadual, Classe IV, na Carreira de Gestor Público, na Secretaria de Estado da Fazenda.

*Decretos***DECRETO Nº 2.219, de 3 de junho de 2014**

Regulamenta o Capítulo IV-B do Título IV da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a redação dada pela Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

DECRETO Nº 2.236, de 10 de junho de 2014

Altera dispositivo do Decreto nº 1.876, de 2013, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento à conta de "Despesa de Exercício Anterior", em cumprimento às normas de Direito Financeiro.

DECRETO Nº 2.250, de 12 de junho de 2014

Implementa programa de saneamento e recuperação fiscal das empresas produtoras de harmônicas.

DECRETO Nº 2.260, de 18 de junho de 2014

Institui, no âmbito da Polícia Civil do Estado, o Serviço Aeropolicial (SAER) e o Serviço Aeropolicial de Fronteira (SAER-Fron), e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.263, de 24 de junho de 2014

Dispõe sobre a Medalha do Mérito Anita Garibaldi e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.267, de 24 de junho de 2014

Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 127, de 2011, que estabelece normas relativas à transferência de recursos financeiros do Estado mediante convênio ou instrumento congênere e estabelece outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002/2014 - Grupo Gestor de Governo

Dispõe sobre o aumento de despesa nos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual e das Empresas dependentes do Tesouro do Estado para o exercício 2014.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**ATOS INTERNOS****PORTARIA PGE/GAB Nº 23, de 9 de junho de 2014**

Designa Procuradores do Estado para integrar Comissão Editorial para edição e publicação do exemplar do ano de 2015 da Revista da Procuradoria Geral do Estado.

PORTARIA PGE/GAB Nº 28, de 10 de junho de 2014

Designa o Procurador do Estado Diogo Marcel Reuter Braun para o exercício da função de chefia da Procuradoria Regional de Blumenau.

PORTARIA PGE/GAB Nº 29, de 12 de junho de 2014

Designa Procuradores do Estado para exercerem, em conjunto ou separadamente, as atribuições que lhes conferem os artigos 132, da Constituição Federal, e 69, I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 2º - Compete privativamente aos Procuradores do Estado relacionados no art. 1º desta Portaria firmar petições em nome do Estado de Santa Catarina, bem como despachos, pareceres ou quaisquer outras manifestações em processos administrativos.

§1º É obrigatório que o Procurador do Estado titular do certificado digital utilizado para assinar a petição por meio eletrônico conste como subscritor da peça processual.

§2º Ficam excepcionadas da determinação contida no caput deste artigo as petições nas ações constitucionais, que podem ser firmadas em conjunto com o agente público demandante ou demandado.

PARECER PGE Nº 145/2014

Interessado: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Direito Administrativo. Servidor Público. Valores percebidos a maior. Evolução jurisprudencial. Distinção de situações:

I - Valores pagos em decorrência de decisão judicial cassada ou reformada. Restituição Necessária; II - Erro operacional ou errônea interpretação da lei pela Administração. Restituição necessária; III - Interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração; Presença de boa-fé do servidor; Ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem; Existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem. Necessidade de correção do ato com dispensa da restituição.

NOTÍCIAS

Governador prestigia encontro de procuradores do Estado

“O trabalho da PGE mantém o Estado muito bem protegido, pois permite levar adiante a gestão pública com maior segurança, dentro da legalidade”. Com estas palavras o governador Raimundo Colombo abriu sua palestra a cerca de 100 procuradores do Estado, reunidos em encontro de trabalho de dois dias, que começou em 26 de junho, na Capital.

Ele ressaltou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem uma responsabilidade fundamental e estratégica, pois emite pareceres jurídicos que dão respaldo às iniciativas da administração pública. “A atividade de vocês se reflete diretamente na sociedade, quando conseguimos superar a burocracia e a judicialização para oferecer aos catarinenses um serviço de qualidade”, disse, enfatizando que graças ao trabalho dos procuradores grandes ações judiciais foram vitoriosas, trazendo benefícios para diversos segmentos da população.

O governador lembrou que a PGE tem a missão de defender o Estado e o patrimônio público. “Vocês estão de parabéns. Estou aqui para reconhecer e lhes agradecer pelo trabalho que realizam”, concluiu, para uma plateia de uma centena de procuradores.

Procurador-geral apresenta balanço semestral

A reunião de trabalho começou pela manhã com o procurador-geral João dos Passos Martins Neto fazendo um balanço das atividades da PGE em 2014. Entre as principais realizações apontadas, a estruturação das Procuradorias Regionais e a viabilização de cursos de aperfeiçoamento para os procuradores.

Logo depois, o subprocurador-geral do Contencioso, Ricardo Della Giustina, falou sobre a iniciativa da PGE de implantar o protesto em cartórios dos débitos tributários inscritos na Dívida Ativa. O objetivo é apertar o cerco aos devedores do Estado, principalmente de ICMS.

Já o corregedor-geral, Ricardo Gama, falou sobre a importância do Sistema de Anotações de Atividades, implantado há um ano para valorizar o trabalho dos procuradores, que registram as suas atividades mais relevantes.

À tarde, houve uma palestra sobre Substituição Tributária, do professor Deonísio Koch, auditor fiscal da Receita Estadual em Santa Catarina e conselheiro do Tribunal Administrativo Tributário de SC. No final do dia, aconteceu uma reunião com a diretoria da Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina (Aproesc) para debater as iniciativas da

entidade.

Sistema PGE.Net fará integração com tribunais superiores

No segundo dia do encontro, na sexta-feira de manhã, representantes da Softplan apresentaram o novo modelo do PGE.Net, que trará melhorias nas condições de trabalho dos procuradores. Entre as vantagens do novo sistema, se encontram a comunicação virtual com os tribunais superiores, Justiça Federal e Justiça do Trabalho.

No período da tarde, os procuradores trataram de assuntos internos relacionados à Procuradoria do Contencioso (Procont), com o procurador-chefe Marcelo Mendes..